

Notícias Sindicais, 28/02/14

Diap, 28/02/14

PNE: comissão especial vai votar relatório final no dia 11 de março

A audiência pública com a participação de representantes do setor para discutir o substitutivo do Senado. Alterado pela Casa revisora, o projeto retornou à Câmara em dezembro para análise das mudanças processadas no Senado.

Para a coordenadora-geral da Contee, Madalena Guasco Peixoto, o substitutivo apresentado pelos senadores é um retrocesso à proposta aprovada pela Câmara. "Mesmo com alguns pontos positivos, que podemos discutir, a proposta [do Senado] representa retrocesso. É preciso ampliar o acesso à educação pública, bandeira que nós não abrimos mão.

Sobre as alterações da destinação dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação – o texto aprovado pelos senadores não garante a aplicação das verbas exclusivamente no ensino público, Peixoto afirmou que "é um processo que vai na contramão do fortalecimento da educação pública". "No nosso entender, vai na contramão de um projeto soberano para o nosso País. Nosso país só vai ser um país democrático se nós tivermos uma educação pública, inclusiva e de qualidade".

Propostas da Conae

O coordenador do Fórum Distrital de Educação, Clerton Oliveira Evaristo, defendeu a aprovação do texto original da Câmara, "que é o que mais nos atende". No mesmo sentido, Aléssio Costa Lima, vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), disse que a proposta aprovada pelos deputados é a que mais se aproxima do que foi discutido na Conferência Nacional de Educação (Conae).

Educação pública

Durantes os pronunciamentos, as entidades criticaram a demora na tramitação na matéria e, com exceção dos representantes do setor privado, todos defenderam investimento dos 10% do PIB exclusivamente para a educação pública.

Para a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Virgínia Barros, o investimento dos 10% na educação pública tem o objetivo de "diminuir a mercantilização e dar celeridade à ampliação do ensino público de qualidade". Ela destacou que a educação está passando por uma "desnacionalização", com cada vez mais alunos nas universidades privadas e menos nas instituições públicas.

O relator da proposta na comissão especial, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), quer reincluir no relatório final a obrigatoriedade do investimento de 10% do PIB em educação pública. O texto do Senado prevê investimentos em educação, o que contempla também as entidades privadas.

"A luta do movimento social é que tenha mais investimento em escolas públicas. Mais investimento significa melhores salários para os profissionais da educação, mais incentivo à formação destes profissionais, mais qualidade na educação pública. A luta da CTB é que o PNE seja votado o mais rápido possível", disse a dirigente.

Metas

Ainda na audiência pública, o secretário-executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, disse que o PNE vai nortear as ações da pasta. No entanto, afirmou que há um consenso de que as metas não são fáceis de serem cumpridas. "As diferenças [entre os textos da Câmara e do Senado] são muito pequenas; e os avanços, muito grandes", ressaltou.

Vários deputados se pronunciaram a favor do projeto nos termos do texto aprovado pela Câmara, que melhor representa a Conae.

Votação do PNE

Ao final da audiência, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que presidia a sessão naquele momento, disse que o relatório final do PNE será colocado em discussão e votado no dia 11 de março.

Depois disso, o texto ainda precisa passar por votação do plenário, para, posteriormente, seguir para sanção da presidente Dilma Rousseff. Parlamentares ligados ao tema acreditam que isto será possível ainda neste semestre.

Depois de a comissão votar o relatório do deputado Angelo Vanhoni, o texto será apreciado pelo plenário da Casa, que só poderá se pronunciar – contrário ou a favor – em relação às alterações processadas no Senado. (Com CTB)

Diap, 27/02/14

Pela primeira vez, Justiça muda a correção do FGTS

O juiz federal Djalma Moreira Gomes, titular da 25ª Vara Federal Cível em São Paulo, julgou procedente um pedido para determinar que os depósitos do FGTS sejam corrigidos monetariamente me-

diante a aplicação, desde 1º de janeiro de 1999, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em substituição à TR (taxa referencial).

É a primeira vez que a Caixa Econômica Federal perde uma ação na primeira instância da Justiça paulista. Na decisão, o magistrado afirma que a Constituição Federal de 1988 assegura que o FGTS é uma garantia ao trabalhador e corresponde sempre à remuneração atualizada quando este é despedido injustificadamente de seu trabalho.

“A norma legal que estabelece critérios de atualização monetária dos depósitos do FGTS deve se ater a essa regra constitucional – ou assim ser interpretada, sob pena de se incorrer em inconstitucionalidade”, afirmou.

Segundo Djalma Gomes, “se o índice escolhido pelo legislador não se revelar capaz de realizar a correção monetária dos depósitos, isto é, se não conseguir recuperar o valor aquisitivo da moeda, esse índice é inconstitucional e deverá ser desprezado e substituído por outro.”

O INPC foi escolhido porque, de acordo com o juiz, é calculado pelo próprio Estado, por meio do IBGE, e orienta os reajustes da massa salarial e de benefícios previdenciários para preservar-lhes o valor aquisitivo. A Caixa ainda pode recorrer. (Fonte: *Diário de S.Paulo*)

Entenda o caso

1) Quem pode pedir?

Todos que tiveram conta no fundo entre 1999 e 2013, inclusive quem já sacou

2) Como é a correção hoje?

Pela lei, a correção é pela TR mais 3% ao ano

3) O que disse o Supremo Tribunal Federal?

A correção pela TR é inconstitucional, o mais correto seria pelo INPC

4) De quanto pode ser a diferença entre os dois índices?

Pode chegar a até 88% a mais pelo INPC

5) O que eu ganho com isso?

Um trabalhador que tinha R\$ 1 mil na conta do FGTS em 1999 hoje tem apenas R\$ 1.340,47. Com o INPC, esta mesma pessoa deveria ter na conta R\$ 2.586,44

6) Como eu faço para receber o valor a mais?

Tem de entrar com ação individual ou coletiva na Justiça

7) Há um prazo para o julgamento da ação?

Não

8) Quem vai julgar?

Inicialmente, a Justiça de primeira instância. O governo federal pode recorrer até o Supremo Tribunal Federal

Portal da CUT

Metalúrgicos da FEM-CUT de São Paulo entregam reivindicações a Padilha

27/02/2014

Representantes de 15 sindicatos da categoria no Estado ouviram do ex-ministro que São Paulo não pode seguir reduzindo sua participação na indústria nacional

Escrito por: RBA

Trabalhadores da Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos (FEM) da CUT no Estado de São Paulo entregaram nesta quinta-feira (26), em São Bernardo do Campo, região do ABC, uma carta aberta com propostas da categoria para o ex-ministro da Saúde e pré-candidato ao governo de São Paulo Alexandre Padilha (PT). A carta inclui melhorias nas condições de trabalho e garantia dos direitos conquistados.

“Eu tenho não só compromisso com essa agenda, mas tenho plena convicção da necessidade e da urgência dela”, afirmou Padilha. Para ele, São Paulo não pode continuar reduzindo sua participação na indústria nacional. Padilha defende que o Estado precisa de uma política industrial “ousada”, com diálogo entre os trabalhadores e empresários.

O evento foi mostrado em reportagem realizada pela TVT, TV dos Trabalhadores (26), e contou com representantes dos 14 sindicatos ligados à FEM.

Da RBA

Portal da CUT

Coletivo de Mulheres da Fisenge lança campanha contra assédio para o 8 de Março

27/02/2014

Luta contra o assédio moral e pelo empoderamento das mulheres compõem tema defendido pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

Escrito por: Assessoria de Comunicação da Fisenge

Contra o assédio moral e pela ocupação dos espaços de poder pelas mulheres. Este é o tema da campanha do Coletivo de Mulheres da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), filiada à CUT, para o 8 de Março, dia de luta da mulher trabalhadora.

Ao todo, são seis peças que serão veiculadas em diferentes mídias pelos sindicatos filiados e pela Fisenge. De acordo com a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía o tema representa a agenda política do Coletivo para 2014.

"Compreendemos que ainda falta muito para avançarmos pedagogicamente na luta contra o assédio moral. Além disso, precisamos considerar que 2014 é ano eleitoral e é fundamental lutarmos pela ocupação qualificada de mulheres nos espaços de poder e fortalecermos a política de gênero no país", afirmou.

No Brasil, dos 513 deputados federais, apenas 45 são mulheres e dos 81 senadores, apenas 9 são mulheres. Esta é uma campanha promovida pela Fisenge em conjunto com os sindicatos filiados.

Camila Marins - Assessora de Comunicação da Fisenge

Portal da CUT

CUT-MT convoca manifestação contra o aumento da tarifa do Transporte Coletivo

27/02/2014

Ato Público será amanhã, quinta (27), às 14h

Escrito por: CUT-MT - Silvia Marques

A tarifa do Transporte Coletivo de Cuiabá poderá ter novo reajuste e chegar a R\$ 3,10. O valor atual da tarifa é R\$ 2,60. Em 2013, o valor da tarifa foi reduzido após apresentação do Relatório Conclusivo da Comissão da Auditoria Técnica das Planilhas da Tarifa do Transporte Coletivo de Cuiabá realizada pelo Ministério Público e Câmara Municipal e de muita pressão dos movimentos sociais. Agora em 2014, as empresas de transporte querem aumentar para R\$ 3,10. Um valor absurdo considerando a péssima qualidade do transporte público.

Nesta, quarta-feira (26), a Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT-MT) esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Transportes que foi adiada para amanhã, quinta-feira (27.02), às 14h. A reunião, na Secretaria Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), seria para debater a possibilidade do novo reajuste com os empresários do setor.

Nesse sentido, a CUT-MT convoca os sindicatos e toda a classe trabalhadora para participar de ATO PÚBLICO contra o reajuste da passagem do transporte coletivo de Cuiabá e pressionar o conselho para não aumentar a passagem de ônibus.

SERVIÇO

ATO PÚBLICO - Quinta-feira (27), às 14h, na Secretaria Municipal de Transportes Urbanos, localizada Rua Treze de Junho, 1289 - Centro Sul - Cuiabá - MT

Portal CTB

Encontro Sindical Nossa América terá capítulo brasileiro, em 2015

Na última terça-feira (25), o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Sindimetal-Rio) sediou a convocatória oficial para o 6º Encontro Sindical Nossa América (ESNA), que será realizado em Cuba no mês de maio.

Durante o encontro, que reuniu mais de 100 lideranças sindicais e dos movimentos sociais, o secretário de Relações Internacionais da CTB, Divanilton Pereira, anunciou o lançamento do capítulo brasileiro do ESNA, em 2015. "O Rio de Janeiro se colocou à disposição para ser a sede da iniciativa", informou Divanilton.

O presidente da entidade anfitriã do encontro, Alex Santos, fez a saudação inicial, enquanto o presidente da CTB-RJ, que organizou o evento, Ronaldo Leite, destacou o ESNA como um instrumento para fortalecer os trabalhadores em todas as regiões.

Em sua exposição sobre a importância da integração latino-americana e caribenha, o coordenador técnico do ESNA e vice-presidente da Federação Sindical Mundial (FSM), João Batista Lemos, contextualizou o cenário político internacional.

"A questão da integração, para nós, faz parte do projeto nacional de desenvolvimento. Não há como se desenvolver um projeto nacional sem haver uma proposta de integração e construção de um bloco contra-hegemônico", expressou Batista.

Após os debates, foi aprovada uma nota em apoio ao governo de Nicolás Maduro que está sofrendo desde o dia 12 de fevereiro tentativas de desestabilização, por meio de atos violentos, perpetrados pela oposição.

"Mexeu com ele, mexeu conosco", disse Divanilton ao enfatizar a necessidade da integração latino-americana e caribenha, principalmente, em momentos como este em que o imperialismo estadunidense tenta romper a continuidade dos governos progressistas na região.

O secretário informou que, assim como ocorreu em São Paulo, no Rio de Janeiro, horas antes da atividade, a direita convocou uma manifestação em frente ao Consulado da Venezuela contra o governo bolivariano, mas foi sufocada pelos movimentos sociais e sindicais que compareceram em massa para demonstrar seu apoio a Maduro.

A atividade também contou com a presença da secretária de Políticas para a Igualdade Racial da CTB, Mônica Custódio. Os participantes também tiveram a oportunidade de ver uma exposição fotográfica com imagens de Cuba feitas pela professora do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES), Márcia Silva.

Érika Ceconi - Portal CTB

Portal da CTB

Alckmin joga racionamento de água nas costas dos trabalhadores

As tão desejadas chuvas para encher os reservatórios do Sistema Cantareira não atingem o nível desejado e o problema se agiganta pela falta de disposição do governo estadual em tomar as medidas cabíveis. A mesmo tempo em que a falta de água aflige a população, as chuvas causam os temores de inundações. Dois problemas de um governo só.

Está cada dia pior a situação do volume de água no Sistema Cantareira que na segunda-feira (24) atingiu o pior índice de sua história e chegou a 17,1% da capacidade dos reservatórios. Rene Vicente dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), argumenta que faltou "decisão política" ao governador Geraldo Alckmin em promover o racionamento de água. "O governador jogou com a sorte, esperando que chovesse o suficiente para encher os reservatórios, como isso não aconteceu vem agora falando em 'decisão técnica', jogando tudo nas costas largas dos trabalhadores", ressalta.

"não se pode na atual conjuntura esperar pela natureza, já temos tecnologia suficiente para prever os períodos de estiagem e tomar medidas de captação de água que cubra essa deficiência temporária", explica Santos. Como isso não ocorreu e, em ano eleitoral o governo estadual se vê agora na contingência e um racionamento com rodízio no fornecimento de águas mais radical do que se tivesse tomado medidas preventivas e se a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) investisse em recursos para melhorar a capacidade de reserva e captação de água no sistema, pondera o sindicalista.

A falta de chuvas aliada aos poucos investimentos na captação de água do governo paulista levou o sistema, responsável pelo abastecimento da metade da população da região metropolitana de São Paulo, a essa situação. Até o momento, choveu apenas 54,5 milímetros em fevereiro, 27% da média histórica de 202,6 milímetros registrada no mês. Segundo os dirigentes da estatal, o volume pluviométrico não chegou a 70% da média histórica. Foram registrados 1.090 milímetros contra os 1.566 milímetros de chuva que caem em média por ano.

Para piorar ainda mais a situação dos 80 municípios atendidos pelo Sistema Cantareira, a diretoria da Sabesp e o governo tucano do estado enfrenta mais uma acusação gravíssima de corrupção. Matéria veiculada no portal da revista *Carta Capital* atinge em cheio o núcleo do PSDB paulista, assim como nas acusações referentes ao Metrô e à Companhia de Trens Metropolitanos do estado. Fabio Serapião em seu blog afirma que "uma análise dos contratos assinados para execução de serviços relacionados aos programas de 'Redução de Perdas' e 'Uso Racional da água' expõe a promiscuidade entre o órgão público e empresas do setor de saneamento ligadas a ex-diretores da estatal. Além disso, as contratações sugerem uma explicação para o fato de, entre 2008 e 2013, período em que recebeu R\$ 1,1 bilhão, o programa de perdas não ter alcançado sua meta de 30,6% de perdas reais".

"O jornalista da Carta Capital traz acusações que devem ser investigadas com severidade", acentua Santos. Ele argumenta ainda que "o governo não pode jogar a culpa do desabastecimento de água nos trabalhadores. Faltou vontade política do governador para impedir que a situação chegasse ao ponto em que chegou." Para Santos, "a situação dos reservatórios do Sistema Cantareira extrapola os limites do bom senso e o racionamento é inevitável".

Fabio Serapião denuncia a intimidade de ex-dirigentes da Sabesp com empresas prestadoras de serviços à estatal. Gésner de Oliveira, por exemplo, que foi "presidente da Sabesp por indicação do então governador José Serra (PSDB)" e atualmente "ocupa o cargo de conselheiro na Miya Brasil, braço da multinacional Miya Group, que tem sede no paraíso fiscal de Luxemburgo e atua no Brasil como principal acionista da mesma BBL Engenharia e foi vencedora da licitação para prestar serviços à Sabesp. As denúncias do blogueiro Serapião mostram que as deficiências dos serviços do estado de São Paulo só poderão ser sanados com vontade política.

Marcos Aurélio Ruy - Portal CTB

Planejamento estuda PEC 170/12 com proventos integrais

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estuda a concessão de aposentadoria por invalidez permanente com proventos integrais a servidores públicos. Segundo a diretora de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor do Ministério do Planejamento, Cynthia Beltrão, o benefício poderá ser garantido no caso de uma junta médica confirmar a incapacidade para o trabalho e não houver meios de para uma readaptação do servidor para o exercício de cargo público.

Hoje, a Constituição (art. 40) prevê a aposentadoria por invalidez com proventos integrais apenas para os casos de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave prevista em lei, como hanseníase, paralisia irreversível e mal de Parkinson. Se o servidor sofrer um acidente fora do trabalho e ficar inválido, por exemplo, pode ser aposentado, mas receberá proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

O entendimento ainda não está firmado e depende de uma ampla discussão com outros setores do governo, como a Previdência. Mesmo assim, a declaração da representante do Ministério do Planejamento deixou otimistas os participantes da audiência da comissão especial criada para analisar a proposta de emenda à Constituição (PEC 170/12) que garante proventos integrais ao servidor aposentado por invalidez.

Lei injusta

Para o relator da PEC 170, deputado Marçal Filho, o estudo representa um bom sinal. "Porque normalmente o Ministério do Planejamento já de imediato, já de início diz que não tem condições porque vai aumentar despesas etc. Ela já deu uma sinalização de que algo está preocupando e o governo, como o Ministério da Previdência já admitiu, há uma injustiça. A lei está sendo injusta. Então, é preciso corrigir isso. Se o governo reconhece isso, é preciso ser mudado."

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos Jorge, lembrou o caso da chacina de Unaí, que completou 10 anos em janeiro. Na ocasião, quatro funcionários do Ministério do Trabalho foram mortos em uma emboscada quando investigavam uma denúncia de trabalho escravo em fazendas da região. Segundo ela, um dos servidores deixou filhos de quatro e dez anos de idade e uma pensão minguada para a família porque tinha pouco tempo de trabalho.

Doenças graves

Rosa Maria Campos também destaca a importância de uma mudança na regra, principalmente por conta de doenças não incluídas no benefício da aposentadoria com proventos integrais.

"Apegar-se a uma lista de doenças para poder permitir a aposentadoria por invalidez é um grande equívoco porque as doenças se modificam ao longo do tempo. Para muitas doenças já se encontrou a cura e outras estão surgindo. É o caso do assédio moral que tem causado várias doenças, doenças mentais do trabalho frutos da intensificação do trabalho, das pressões, das exigências e dos maus tratos praticados."

Votação

A audiência pública da última terça-feira (25) foi a segunda realizada pela comissão especial da PEC 170. De acordo com o relator Marçal Filho, a ideia é realizar mais dois encontros e votar o parecer ainda neste primeiro semestre.

Tramitação

Depois de apreciada na comissão especial, a matéria vai a votos no plenário da Câmara, em dois turnos. Para ser aprovada necessita de quórum qualificado de 308 votos favoráveis, que corresponde a 3/5 da Casa. (Com Agência Câmara)

Diap, 28/02/14

Ensino técnico federal cresce 110% em três anos e atinge 550 mil matrículas

As matrículas em cursos técnicos de nível médio na rede federal registram expansão de 110% nos primeiros três anos do governo da presidente Dilma Rousseff. As vagas abertas passaram de 263,4 mil em 2010 para 553,2 mil no ano passado.

Os números sobre a oferta de educação profissional no Brasil serão apresentados terça-feira (25) pelo Ministério da Educação (MEC) dentro do anúncio da edição 2013 do Censo Escolar da Educação Básica.

O crescimento das matrículas nos institutos técnicos de educação profissional e tecnológica decorreu da expansão iniciada em 2005, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do foco da atual administração no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronetec), que contabiliza desde 2011 quase 6 milhões de vagas criadas em várias modalidades de cursos profissionalizantes nos sistemas público e privado.

O Centro-Oeste se destacou no mapeamento do ensino técnico federal no país. No ano passado foram registradas 49,5 mil matrículas na região contra 26 mil no primeiro mandato de Dilma, um crescimento de 90%. Nos três anos, Goiás mais que duplicou as vagas, passando de 10,7 mil

para 22,9 mil. No Distrito Federal, a expansão das matrículas foi de 210% no período, passando de 2,1 mil para 6,6 mil.

A atividade econômica aquecida - em função do agronegócio - e uma base pequena de escolas técnicas explicam o avanço mais forte da oferta de vagas na rede federal do Centro-Oeste.

Beneficiado por melhor infraestrutura e ampliações de escolas já existentes, o Sudeste teve o segundo melhor desempenho na criação de vagas. A oferta na região subiu 49% entre 2011 e 2013, totalizando 167,5 mil matrículas. "O Estado de Minas Gerais destaca-se com 95,2 mil matrículas em cursos técnicos por possuir o maior número de campi em funcionamento", explicou a área técnica do MEC.

No Nordeste, as vagas passaram de 121,7 mil em 2011 para 174,1 mil em 2013, expansão de 43%. Na região Norte, as matrículas cresceram quase 35% no período, enquanto a variação no Sul ficou abaixo de 20%.

O MEC informou ao Valor que pretende chegar ao fim de 2014 com 618,9 mil matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica - crescimento de 12% sobre o total de vagas no ano passado. Essa meta representa desaceleração em relação ao ritmo de crescimento verificado nos últimos três anos.

De acordo com dados oficiais, entre 2011 e 2013 o governo federal inaugurou 116 institutos técnicos de educação profissional e tecnológica. A expectativa para este ano é que sejam abertas 92 escolas. Dessa vez, o alvo é o Nordeste, onde está prevista a inauguração de 38 unidades. Outras 20 estão planejadas para o Sudeste e 12 para o Sul. As regiões Norte e Centro-Oeste esperam 11 escolas cada.

Os cursos profissionalizantes superiores (que formam tecnólogos) registraram 194,8 mil matrículas em 2013, número que representa alta de 26% sobre as 154,7 mil vagas verificadas em 2011 nas instituições vinculadas ao governo federal. Já a oferta federal de cursos profissionalizantes de curta duração (FIC) cresceu apenas 1,3% no período, para 78,7 mil vagas. (Fonte: *Valor Econômico*)

Portal da CUT

Em Minas, Recife e Rio de Janeiro, Carnaval também é para lutar

26/02/2014

Trabalhadores vão às ruas para debater AIDS, direito da mulher e pauta de reivindicação dos aeroviários

Escrito por: CUT-MG, CUT-PE e CUT-RJ

Nem mesmo durante o Carnaval a classe trabalhadora deixa de lutar. Muitos sindicatos aproveitarão a festa para levar a pauta de reivindicação às ruas.

Em Belo Horizonte, por exemplo, com apoio da CUT-MG, o Sindicato dos Bancários de BH e Região lançaram na terça-feira (25) a 21ª edição de seu conhecido Carnaval Sem Aids/DST e o Bloco do Pirulito. Durante todo o dia, foram distribuídos panfletos kits com presentativos e folders para população com informações sobre a Aids e doenças sexualmente transmissíveis (DST) no Centro de Belo Horizonte. Por volta das 19h30, com a Corte Momesca da capital mineira, eleita em 2014, no carro de som da CUT/MG, o Bloco do Pirulito saiu da porta do Sindicato, na Rua Tamoios, e desfilou pela Rua Curitiba, Avenida Amazonas e se concentrou na Praça Sete levando alegria e informação à população. Participaram também puxadores de samba de escolas do Rio de Janeiro e a bateria da Cidade Jardim.

Em 2014, o Carnaval Sem Aids/DST reforça a importância do teste e do diagnóstico para garantir a qualidade de vida das pessoas infectadas e para o combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST). Também serão promovidas atividades nos municípios de Sete Lagoas e Itaúna nesta quarta-feira (26) e nesta quinta-feira (27).

"Agradecemos à CUT Minas e à presidenta da Central, Beatriz Cerqueira, pelo carro de som e pelo apoio à realização do 21º Carnaval sem Aids/DST. Temos orgulho de pertencer à base desta Central", disse a diretora de Cultura do Sindicato dos Bancários de BH e Região, Eliana Brasil. "São os trabalhadores da CUT mostrando sua disposição para luta e que nós temos samba no pé. O Sindicato dos Bancários representa e defende os direitos da categoria, mas é também um Sindicato cidadão, que defende a saúde e a vida da população mineira. Proteja-se contra a Aids e as doenças sexualmente transmissíveis. Se tive dúvida, faça o teste. Obrigado à CUT, obrigado à Corte Momesca", afirmou Clotário Cardoso, presidente do Sindicato dos Bancários.

Chegando à sua 21ª edição, o Carnaval Sem Aids/DST sempre teve como principal objetivo chamar a atenção para temas ligados ao HIV e acompanhou o processo de evolução da prevenção e dos tratamentos no Brasil. O projeto teve início em 1994, quando, inspirado no exemplo de artistas franceses que "vestiram" um monumento de Paris um ano antes, o Sindicato dos Bancários cobriu o Obelisco da Praça Sete, popularmente conhecido como Pirulito, com uma "camisinha gigante".

Desde então, o Sindicato dos Bancários de BH e Região realiza o Carnaval e leva seu Bloco do Pirulito às ruas todos os anos. O projeto já faz parte do calendário oficial do carnaval de Belo Horizonte e mantém-se vivo como importante instrumento na luta contra a Aids, as DST e o preconceito enfrentado por portadores do vírus HIV.

Mulheres cutucam em Recife – No próximo dia 27 de fevereiro, o bloco “Mulheres CUTucando”, formado pelas sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE), fará a festa na frente da sede da Central, localizada na Rua Dom Manoel Pereira, nº 183, bairro de Santo Amaro, área central do Recife. Uma orquestra de frevo comandará três horas de festa, a partir das 15h.

Há 14 anos fazendo carnaval, o Mulheres CUTucando leva aos foliões questões como a violência doméstica; igualdade no trabalho; valorização do salário mínimo e ampliação de creches públicas, além da educação integral. “Vamos aproveitar esse momento de Carnaval e mostrar que as mulheres estão engajadas na luta, discutindo igualdade, participação e democracia”, destaca a secretária de mulheres da CUT-PE, Madalena Silva.

Para participar da festa é só se dirigir aos sindicatos e receber as camisas. “É bom ir preparando os passos de frevo que a alegria do ritmo não vai faltar”, revela Madalena Silva.

Bloco dos aeroviários – De olho nas práticas adotadas pelas empresas aéreas que implicam na segurança de voo e na total omissão do governo em relação a situação dos profissionais da aviação, o Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA) lança o Bloco dos Aeroviários Insatisfeitos, no dia 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro.

A concentração do ato, que pega carona nas festividades carnavalescas, será na praça Santos Dumont, às 14h, seguida de marcha pelo interior do Aeroporto. Todos estão convidados a participar.

Os aeroviários vivem sobrecarregados com excesso de trabalho, sofrem o temor das constantes demissões sem que sejam realizadas novas contratações, além da série de casos de assédio moral, prática cada vez mais comum nas companhias do setor. Enfrentam condições precárias de trabalho e nenhum reconhecimento profissional.

A data-base da categoria é no dia 1 de dezembro e a única oportunidade para a reivindicação por melhorias é durante a Campanha Salarial, realizada nesse período. Porém, três meses após essa data-base, os profissionais da aviação sequer tiveram reposição salarial. Apesar dos lucros exorbitantes alcançados pelas empresas no último ano, o patronato se recusa em atender as reivindicações dos trabalhadores, em um claro exemplo de intransigência.

Na esperança de conseguir fechar negociação e evitar prejudicar o público usuário, o SNA deixou de realizar uma greve nas vésperas do Natal. Mas as companhias aéreas se mantêm firmes, apesar de as reivindicações não apresentarem nenhum ponto absurdo e já praticado por muitas categorias: aumento da licença maternidade para seis meses, aumento do teto para recebimento da cesta básica, criação de piso para os agentes de check-in de R\$ 1.420, garantia de estabilidade para os dirigentes sindicais e aumento real nos salários.

Mediação do MTE – O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) convocou uma reunião em Brasília, no dia 13 de janeiro, na esperança de resolver o impasse. Mas a posição das empresas aéreas deixou claro o seu total descaso com os profissionais da aviação. Segundo representantes do SNEA (Sindicato Nacional das Empresas Aéreas), não seria possível o comparecimento dos empresários ao encontro, por não terem conseguido passagens de avião para realizarem o transporte. A explicação ofende a inteligência da direção do SNA e da categoria.

Em contrapartida, a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) libera o aumento de 2.000 voos durante o período de realização dos jogos da Copa do Mundo, quando o setor aéreo, em sua atual conjuntura, já está desestruturado. Quando a direção do SNA questionou as empresas sobre quais medidas seriam adotadas nas contratações de novos funcionários, a resposta dada foi vaga e revelava a total falta de despreparo e organização das companhias para esse evento de visibilidade mundial.

O ato realizado na próxima quinta-feira é mais um grito dos profissionais da aviação, que exigem reconhecimento profissional, condições dignas de trabalho e o mais importante: segurança de voo garantida. Para isso, contam não apenas com a compreensão, mas com o apoio de toda a sociedade civil. A direção do SNA afirma que essa é uma luta que não atende apenas as necessidades dos trabalhadores, mas também do público usuário. “Nossa paciência está chegando ao fim durante um período crítico, a véspera da Copa do Mundo. Não queremos prejudicar ninguém, muito pelo contrário. Por isso, o alerta está dado”, declara Luis da Rocha Cardoso Pará, presidente da entidade.

Diap, 27/02/14

MST e o novo ciclo de lutas

A perspectiva de novas manifestações de massa neste ano também gera dúvidas sobre protestar ou não durante a Copa do Mundo e o impacto nas eleições, tendo como pano de fundo quem ganha ou perde com esse quadro.

*Igor Felipe Santos**

O Brasil assiste sinais de gestação no último ano de um novo ciclo de lutas sociais, que intriga, assusta e empolga diversos setores da sociedade. As manifestações que explodiram em junho, mas continuaram com uma intensidade menor no período posterior, abriram um debate sobre o sentido desses protestos, os limites das formas de organização, o uso das táticas de depredação e a violência.

A perspectiva de novas manifestações de massa neste ano também gera dúvidas sobre protestar ou não durante a Copa do Mundo e o impacto nas eleições, tendo como pano de fundo quem ganha ou perde com esse quadro. Para alguns, esses protestos criam um clima de caos social que prejudica o projeto político em curso e beneficia a oposição de direita; para outros, as manifestações são o motor para o aprofundamento das mudanças sociais, destravando os limites da coalizão em torno do PT e levando a cabo as reformas estruturais.

Essas questões são relativamente novas no País, porque desde o final da década de 70 a esquerda tem hegemonia (mesmo sem ter exclusividade) nas manifestações; enquanto a direita usou o Estado e o poder econômico para fazer política e defender seus interesses. Em junho, cada metro quadrado das manifestações foi alvo de disputa entre diversos segmentos da direita e da esquerda, que sem unidade política e ideológica abriu "uma avenida" para o avanço dos setores conservadores.

A esquerda passa por um momento novo nos últimos 12 anos, com a chegada do PT à presidência da República. O principal partido de esquerda do País venceu três eleições consecutivas para o governo federal, com sustentação em uma ampla coalizão de forças políticas de direita, centro e esquerda e frações de classes da burguesia e dos trabalhadores. A caminhada para o PT alcançar a presidência começou em 1989, quando Luiz Inácio Lula da Silva perdeu para Fernando Collor no 2º turno eleitoral. O desfecho dessa eleição foi a derrota do projeto político forjado no processo de lutas da década de 80, que deram origem ao PT, à CUT e ao MST. Além disso, a derrota das forças sociais que emergiram nos anos 80 no Brasil, paralelamente à queda do Muro de Berlim e ao fim da URSS, abriu margem para a ofensiva global do capital e à implementação do neoliberalismo.

As políticas neoliberais operaram para o enfraquecimento do Estado, as privatizações das empresas estatais, a abertura econômica para o capital financeiro e a flexibilização da legislação trabalhista. Uma das consequências dessas medidas políticas e econômicas foi o enfraquecimento do movimento sindical, com as perdas de direitos e o desemprego, debilitando o principal ator das lutas sociais da década de 80. Ao mesmo tempo, partidos de esquerda, especialmente o PT, ganharam eleições para câmaras, assembleias, prefeituras e governos estaduais. Assim, a luta eleitoral passou a ditar o ritmo das ações do partido e de diversos setores da esquerda.

Nesse quadro, o MST ganhou força e se transformou na principal expressão de luta social, a partir da segunda metade da década de 90. As ocupações de terra, as grandes marchas e a reação violenta do Estado e do latifúndio chamaram atenção da sociedade para a luta dos sem-terra. O Massacre de Eldorado de Carajás em 17 de abril de 1996, a grande marcha a Brasília no ano posterior, as ocupações de terra no Pontal do Paranapanema, a ocupação da fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre outros acontecimentos, fizeram do MST a principal força social de resistência ao neoliberalismo no País.

Com a chegada de Lula à presidência da República, o PT sofreu o desgaste de gerenciar o governo. Já a CUT passou a sofrer acusações de se submeter aos companheiros que estavam na administração pública. O MST aproveitou as melhores condições de luta, com a multiplicação de acampamentos com a expectativa criada pela eleição do torneio mecânico, para fazer ocupações de terra por todo o País. Em 2005, o movimento realizou uma grande marcha de Goiânia a Brasília, quando 12 mil trabalhadores rurais marcharam mais de 200 quilômetros durante 17 dias. No ano seguinte, fez um protesto com 2 mil mulheres na sede da empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, para denunciar os impactos sociais e ambientais das florestas industriais de eucalipto.

Com essa ação, o movimento intensificou um processo de lutas contra o agronegócio, caracterizado como a aliança dos fazendeiros capitalistas com empresas transnacionais e o capital financeiro, paralelamente às ocupações de latifúndios improdutivos. Mesmo sob o governo Lula, o movimento continuou fazendo lutas pela Reforma Agrária e enfrentamentos contra o agronegócio, que desagradavam a coalizão de forças em torno do PT. No entanto, sempre que o projeto em curso esteve sob pressão da direita, o movimento agiu de forma responsável, denunciando o que estava em jogo. Assim, manteve autoridade política e se tornou referência ideológica de setores progressistas dos movimentos populares, do operariado, da juventude e da intelectualidade.

Em 2007, o 5º Congresso Nacional do MST apresentou a proposta de Reforma Agrária Popular, que atualiza o programa agrário do movimento, levando em consideração as mudanças na agricultura com a ofensiva do agronegócio. O governo Lula manteve uma política tímida de desapropriação de terras e criação de assentamentos, que foi perdendo fôlego no final do segundo mandato. Com a lentidão do governo, muitas famílias acampadas perderam a esperança de conquistar a terra e desanimaram de permanecer nos acampamentos. Além disso, o crescimento mediano da economia, que aqueceu o mercado de trabalho, abrindo vagas de empregos, criou uma alternativa temporária para as famílias que viviam nos acampamentos.

Dessa forma, diminuiu a intensidade das lutas dos acampados, com a queda no número de ocupações, e aumentou a dificuldade para organizar novos acampamentos. Com isso, o movimento passou a sofrer críticas de setores de extrema-esquerda e de direita de que teria abandonado a luta e de ser cooptado pelo governo. Nesse quadro, o movimento aprofundou o debate sobre a Reforma Agrária Popular, que mantém a perspectiva de organizar acampamentos e ocupar terras, mas agrega a necessidade de organizar os assentamentos, viabilizando a produção por meio de cooperativas e implementação de agroindústrias. Além disso, coloca a demanda de garantir educação à população do meio rural e desenvolver uma nova matriz tecnológica com base na agroecologia.

Ao mesmo tempo, o movimento desenvolveu uma formulação para compreender o caráter do Estado brasileiro (com seus diversos instrumentos para garantir os interesses da classe dominante) e do governo Lula/Dilma (formado por uma composição de forças em torno do projeto do neodesenvolvimentismo). Assim, o MST chegou aos 30 anos e realizou o seu 6º Congresso Nacional de forma madura, mantendo a perspectiva de ocupar latifúndios, mas colocando a necessidade de organizar os assentamentos para lutar por mudanças que viabilizem o desenvolvimento do meio rural.

A grande marcha com 15 mil pessoas e três quilômetros de bandeiras vermelhas realizada pelo MST, que terminou com protestos simultâneos no STF e no Palácio do Planalto, demonstra a linha do movimento, de enfrentar os setores conservadores que controlam o Judiciário e pressionar o governo de coalizão de forças que impede as mudanças estruturais. A retomada da luta de um movimento que mantém a referência nos movimentos sociais tradicionais e o respeito da juventude em luta no último período pode cumprir um papel pedagógico, respondendo na prática algumas questões e dúvidas colocadas com os protestos realizados nos últimos meses nos centros urbanos, e contribuir na consolidação do novo ciclo de lutas que virá no próximo período.

Trajetória, lutas e conquistas do MST recolocam a importância de ter uma organização para (1) fazer as mobilizações, pressionar os governos e enfrentar as ofensivas da direita, do Estado e do capital, (2) manter o sentido político das lutas, evitando manipulações dos setores conservadores, (3) não se submeter nem ignorar as contradições do governo federal e, inclusive, (4) garantir a segurança dos manifestantes em momentos de conflitos nas mobilizações (sem a necessidade de qualquer bloco negro que atue de forma descolada). Assim, o novo ciclo de luta social poderá levar a cabo suas demandas, sem abrir margem para retrocessos nem ficar no imobilismo dos acomodados com a coalizão governamental, contribuindo na construção de um projeto político de reformas estruturais na sociedade.

() Jornalista ligado aos movimentos sociais, conselheiro do jornal Brasil de Fato e do Centro de Estudos Barão de Itararé*

Portal da CUT

Governo deve priorizar agricultura familiar como estratégia de produção de alimentos

26/02/2014

Vice-presidente da CUT, Carmen Foro, aponta avanços no incentivo à produção familiar, mas destaca que melhoria social do país exige mudanças na visão sobre o modelo agrícola

Escrito por: Luiz Carvalho

Responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e por 74% da mão de obra empregada no campo, a agricultura familiar deve orientar o modelo de produção agrícola no país, defende a vice-presidente da CUT, Carmen Foro.

Para a dirigente, também agricultora familiar, uma nação que tem como prioridade combater a fome deve se preocupar prioritariamente com a soberania alimentar e observar que esse modelo de produção é responsável por 70% dos alimentos na mesa dos brasileiros, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O debate sobre o tema ganha ainda mais destaque em 2014 com a definição pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, decisão que, para Carmen, também foi uma vitória brasileira.

“Tivemos papel fundamental nesse sentido por conta da capacidade de mobilização dos movimentos do campo e da decisão política, a partir do governo Lula, de colocar essa forma de produção em destaque.”

O resultado dessa mudança visão fez diminuir cerca de 50% a taxa de pobreza rural, o equivalente a 11 milhões de miseráveis apenas no campo, segundo estudo do MDA. Ainda de acordo com o levantamento, os programas sociais foram a fonte de renda que mais cresceu no campo (21,4%).

Da mesma forma, os movimentos sociais conquistaram ações de crédito e apoio à comercialização dos alimentos. Com isso, surgiram ações como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que disponibilizará R\$ 21 bilhões de crédito para a safra 2013/2014.

Reforma agrária – Para Carmen, porém, os avanços precisam se transformar em políticas de Estado para que a continuidade não dependa de uma visão progressista dos próximos governos. Além disso, as medidas não podem excluir a necessidade de o país retomar a reforma agrária.

“Não é possível produzir comida se não tivermos celeridade tanto em relação à desapropriação de terras para a agricultura familiar produzir, quanto na regularização de áreas. Temos de entrar em um novo ciclo, não é possível tratar tudo como igual, porque não somos iguais ao agronegócio, temos finalidades diferentes. Se o agronegócio é importante para a balança comercial, a agricultura familiar é fundamental para garantir soberania alimentar”, avalia.

De acordo com o Censo Agropecuário mais recente, divulgado em 2006 pelo IBGE, apesar de representar a forma de produção mais presente no campo (84,4%), a agricultura familiar possui apenas 25% das terras no país.

Carmen aponta que um dos problemas é a avaliação do governo Dilma sobre a necessidade de primeiro qualificar os assentamentos e garantir a produtividade para depois voltar a desapropriar.

“O governo precisa sair deste lugar que já está há bastante tempo, de dizer que é muito caro desapropriar. Temos sim muitos assentamentos que não tiveram a atenção devida, mas também temos muita gente precisando de terra para produzir. Mais de 40 milhões de pessoas passaram a ter melhores condições de comer e se não investirmos na produção de alimentos, enfrentaremos problemas. Precisamos pensar numa reforma agrária que regularize, desaproprie, garanta qualidade de vida para quem está no campo e permita produzir de maneira sustentável”, ressalta.

Cidade – Por ser uma atividade que tem como mão de obra essencialmente o núcleo familiar e é voltada ao consumo interno, em contraste com o agronegócio, que utiliza trabalhadores contratados e é voltada à exportação, a agricultura familiar precisa de incentivos para quem produz sem agrotóxico como forma de baratear o custo do alimento ao consumidor.

“Isso depende de decisão política. Até agora, tivemos construção da Política Nacional de Agroecologia, que significa um avanço importante, mas ainda precisa de muito tempo para sua consolidação e de maiores investimentos. Devemos ter algo amplo para mudar a lógica de produção agrícola no nosso país”, afirma.

Esse modelo precisa também levar em conta as condições da família que produz e a concorrência econômica, explica a dirigente.

“Há questões que precisamos avaliar: como a família irá sobreviver se toda comunidade produz com veneno? Há o ponto da contaminação, mas também do olhar do mercado. Se por um lado a produção dele é algo importante, por outro enfrenta a concorrência do preço mais barato, porém, com agrotóxico. Isso é um desafio estruturante para definir qual modelo teremos no nosso país.”

Macrossetor e mulheres – Central com maior representação no campo – são 17 federações filiadas e mais de 1.500 sindicatos –, a CUT discute a criação de um macrossetor rural e deve realizar até o final do primeiro semestre deste ano um seminário para apontar o caminho na organização do setor.

“Desde novembro, todos os congressos de federações filiadas à CUT no Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Roraima e Piauí tiveram como centro do debate a construção de um modelo de desenvolvimento para o campo que seja sustentável e avance a partir da reforma agrária.”

Outro ponto comum em todos os encontros, comenta Carmen, foi o crescimento da participação das mulheres do campo, fator que coloca em debate a ocupação dessas trabalhadoras dos cargos de direção.

“Esse reflexo deve estar no comando político do movimento e não só na participação. Esse fruto, que é fruto de manifestações como a Marcha das Margaridas, realizada em parceria com a CUT, mostra o fortalecimento das trabalhadoras e aponta que não abrimos mão do empoderamento nos espaços políticos”, afirma.

Portal da CUT

Senado aprova projeto que dificulta fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas

27/02/2014

Proposta prevê que, para que uma escola dessas áreas seja fechada, o órgão normativo do sistema de ensino seja consultado

Escrito por: Agência Senado

Os senadores aprovaram nesta quarta-feira (26) o projeto que estabelece critérios para o fechamento de escolas rurais, indígenas e quilombolas ([PLC 98/2013](#)). A proposta prevê que, para que uma escola dessas áreas seja fechada, o órgão normativo do sistema de ensino deva ser consultado. O PLC 98, de autoria do Executivo, segue para sanção.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que a proposta é de grande importância para milhares de crianças e jovens que vivem no campo. Segundo o Ministério da Educação, nos últimos cinco anos, foram fechadas 13 mil escolas na zona rural, o que gerou transtorno às populações.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a proposta veio em muito boa hora, pois dificulta o fechamento das escolas rurais e as voltadas aos índios e aos quilombolas, que atendem atualmente a 151 mil alunos.

Funcionam como órgãos normativos na área educacional, por exemplo, os Conselhos Municipais de Educação, com representantes não só dos gestores, mas de toda comunidade escolar.

Durante o exame da matéria pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), na terça-feira (25), a relatora, Ana Rita (PT-ES), também enfatizou a necessidade de assegurar a oferta contínua de educação aos estudantes.

– Pais e alunos não podem ficar desprotegidos dos humores de gestores públicos que podem simplesmente optar pela descontinuidade da oferta do ensino – disse.

Portal da CTB

Portugueses sairão às ruas em defesa dos direitos dos trabalhadores

Os trabalhadores portugueses sairão às ruas na próxima quinta e sexta-feira (27 e 28) nas cidades de Lisboa, Porto, Leiria e Coimbra para exigir emprego, salário, educação, saúde e proteção social.

As manifestações são convocadas pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) "Contra a troica, a política de direita e o governo atual", diz o manifesto do protesto.

Ocorrerão atividades nas cidades de Lisboa, Porto, Leiria, na quinta, e Coimbra, na sexta. Na capital daquele país, momentos antes da marcha que seguirá em direção à sede do parlamento português o Palácio de São Bento serão realizadas concentrações em frente aos ministérios da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; da Educação e da Saúde com intervenções de membros da CGTP-IN.

No Porto, a marcha ocorrerá às 18:30 (horário local), e partirá do Largo dos Lóios para a Via Catarina. Já em Leiria, será feito um Cordão Humano, em volta do Edifício das Finanças para a Segurança Social. Na sexta-feira (28), os portugueses caminharão pelas ruas de Coimbra a partir das 16h30 do Hotel Tivoli até a Praça 8 de Maio.

Portal CTB

Agência Brasil, 28/02/14

Comissão Nacional da Verdade aponta autores da morte de Rubens Paiva

Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil Edição: Fábio Massali

O coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Dallari, declarou hoje (27) que o general José Antônio Nogueira Belham e o tenente Antônio Hughes de Carvalho são os autores da morte e da ocultação do cadáver de Rubens Paiva. "Sem dúvida alguma o oficial Hughes, porque se envolveu diretamente nos atos de tortura e, pelo fato de ser comandante da unidade, estando presente no local, participando das circunstâncias da morte de Rubens Paiva, o general Belham, à época major e comandante do DOI [Destacamento de Operações e Informações]", disse Dallari ao participar da apresentação do relatório preliminar de pesquisa do caso Rubens Paiva feito pela CNV.

Durante o período de novembro de 1970 a maio de 1971, o general Belham era comandante do DOI do 1º Exército, na zona norte do Rio, para onde foi transferido Rubens Paiva depois de ter passado pelo Quartel da 3ª Zona Aérea, localizado próximo ao Aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio. Ele foi para a unidade da Aeronáutica após ser preso, em casa, no Leblon, zona sul do Rio, por seis agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa).

De acordo com o coordenador, em depoimento à comissão no dia 13 de junho de 2013, o general Belham, que na época da morte de Rubens Paiva era major, negou ter conhecimento de torturas a Rubens Paiva e ainda acrescentou que, nos dias 20 e 21 de janeiro de 1971, estava de

férias e, portanto, ausente do local. O general, que hoje tem 80 anos e mora em Brasília, não quer prestar outro depoimento e nem dar novos esclarecimentos à Comissão Nacional da Verdade.

Dallari disse que documentos conseguidos pela comissão indicam que o general Belham fez um deslocamento sigiloso e ainda recebeu diárias do Exército. Para o coordenador da CNV, isso comprova que ele interrompeu as férias. O depoimento de um militar, identificado apenas como Agente Y, informa sobre um encontro entre este militar, que estava acompanhado do chefe da 2ª Seção do Batalhão de Polícia do Exército, capitão Ronald Leão, e o general na sala de trabalho de Belham no dia 21 de janeiro de 1971.

No encontro, segundo o agente, ele contou que tinha acabado de ver o ex-deputado e as condições de saúde do parlamentar não eram boas. O Agente Y disse ainda que Rubens Paiva não resistiria mais às torturas. "Falamos, pessoalmente, com o então major Belham, o que fora visto, alertando-o para possíveis consequências", disse em depoimento.

O Agente Y prestou depoimento nos dias 24 de abril de 2013, 27 de janeiro de 2014 e em 24 de fevereiro de 2014. Nos três, segundo o secretário executivo da comissão, André Saboia, ele deu detalhes de como funcionava a estrutura de torturas e apontou o tenente Antônio Hughes de Carvalho, morto em 2005, como torturador. No depoimento prestado na segunda-feira (24) identificou a foto de Hughes como o agente que viu praticando torturas em Rubens Paiva de forma extremamente violenta.

A CNV teve acesso também a um depoimento de Amílcar Lobo, que na época era tenente-médico, no qual ele informa que atendeu o ex-parlamentar na madrugada do dia 21 e constatou que o preso estava com hemorragia abdominal, por ruptura hepática, e, por isso, deveria ser hospitalizado, o que não ocorreu.

A Comissão Nacional da Verdade pretende também pedir a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara Federal para investigar o local para onde foi levado o corpo de Rubens Paiva. Dallari explicou que esta é a maneira de conseguir que o general Belham dê a informação. Para os integrantes da CNV, é a única dúvida que resta sobre o caso da morte e desaparecimento de Rubens Paiva.

A comissão pretende encaminhar o pedido ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, até o fim de março. "Uma CPI de curtíssima duração que tivesse por finalidade justamente apurar a ocultação do cadáver de Rubens Paiva e o testemunho-chave é o testemunho do general Belham, que, perante uma comissão parlamentar de inquérito, se sentirá sensibilizado a elucidar este último elemento que falta para a solução deste mistério", esclareceu Dallari.

Eleito deputado federal pelo PTB, Rubens Paiva foi cassado logo após o golpe militar de 1964. Depois de ser exilado, voltou ao Brasil. Em 1971 foi preso e levado para o Cisa e depois transferido para o DOI, onde morreu no dia 21 de janeiro.

Portal da Força Sindical

Central participa da organização do Brics sindical

A Força Sindical participa e fortalece luta e unidade de ação sindical no processo de integração dos BRICS, (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Brics é uma sigla que se refere a esses países por terem se destacado no cenário mundial pelo rápido crescimento de suas economias.

Messe sentido, o secretário internacional, Nilton Souza Neco, tem participado de várias reuniões com as demais Centrais Sindicais brasileiras para discutir estratégias e a participação e a organização das atividades dos BRICS Sindical, durante a Cúpula dos BRICS que acontecerá em Fortaleza em julho de 2014.

Também foi realizado um encontro das Centrais com a Casa Civil e a secretaria geral da presidência onde foram levadas as demandas do movimento sindical para a participação na Cúpula dos BRICS.

A Força Sindical e as demais centrais irão realizar um grande evento internacional em Fortaleza durante a Cúpula. As entidades solicitaram aos governos do bloco a inclusão das atividades dos BRICS Sindical na agenda oficial da Cúpula. Eles pleitearam também que uma delegação de sindicalistas seja recebida pelos presidentes, além do reconhecimento formal dos Brics Sindical como interlocutores sociais para discutir as demandas dos trabalhadores (as) nos países membros.

Organizado por Ernesto Germano